

-Flávia da Mata Barros, matrícula 0-75754, 15 dias, a partir de 11/11/2024;
-Gabriela Aguiar Graciano de Menezes, matrícula 0-70300, 16 dias, a partir de 29/10/2024;
-Graciana Silveira Januzi, matrícula 1-218842, Viçosa, 15 dias, a partir de 31/10/2024;
-Hudson dos Anjos Navarro, matrícula 1-204784, Guaxupé, 15 dias, a partir de 18/11/2024;
-Idelme Rangel Alves, matrícula 1-210724, São João Evangelista, 15 dias, a partir de 29/10/2024;
-Juliene Cristina Oliveira Gonçalves, matrícula 1-265801, Belo Horizonte, 15 dias, a partir de 11/11/2024;
-Júnia Ribeiro Medeiros, matrícula 1-240077, Juiz de Fora, 15 dias, a partir de 31/10/2024;
-Karina Carvalho de Rezende, matrícula 0-50443, 15 dias, a partir 22/11/2024;
-Liliane Paulo de Souza Cruz, matrícula 1-222596, 15 dias, a partir de 18/11/2024;
-Lúcia Helena Vieira Cardoso, matrícula 1-249888, Brazópolis, 32 dias, a partir de 18/11/2024;
-Marco Antônio Nonato, matrícula 1-34785, Araçuaí, 30 dias, a partir de 31/10/2024;
-Maria Elena de Melo Martins, matrícula 1-71076, Pará de Minas, 26 dias, a partir de 11/11/2024;
-Mary Luce Aparecida Campos, matrícula 1-248591, Belo Horizonte, 15 dias, a partir de 29/10/2024;
-Mílene Faria Canuto de Freitas, matrícula 1-251660, Belo Horizonte, 16 dias, a partir de 04/11/2024;
-Natália Cerqueira de Souza, matrícula 0-63123, 29 dias, a partir de 21/11/2024;
-Paula Carvalho Lupatini, matrícula 0-67595, 15 dias, a partir de 18/11/2024;
-Priscila Alzira de Azevedo Barcellos, matrícula 0-62968, 15 dias, a partir de 22/11/2024;
-Ricardo Alexandre de Freitas Carvalho, matrícula 1-175240, Frutal, 17 dias, a partir de 29/10/2024;
-Roselei Capobianco Slaibi, matrícula 1-101220, Visconde do Rio Branco, 90 dias, a partir de 06/11/2024;
-Sílvia Cristhina Veloso, matrícula 0-86777, 15 dias, a partir de 21/11/2024;
-Tania Maria Ferreira, matrícula 1-127837, Belo Horizonte, 15 dias, a partir de 31/10/2024;
-Úrsula Rodrigues Vieira de Oliveira, matrícula 1-221366, Santa Rita de Caldas, 175 dias, a partir de 25/06/2024, ficando retificada a publicação de 14/06/2024;
-Wagner Amaral Silva, matrícula 1-245969, Belo Horizonte, 15 dias, a partir de 01/11/2024.

GERÊNCIA DE SAÚDE NO TRABALHO

Gerente: Jeane Possato Amaral Machado

Concedendo licença saúde aos seguintes servidores

Alexandre Gomes da Silva, Jequitinhonha, quatorze dia(s) a partir de 21 de outubro de 2024; Alexandre Magno Rocha, Carmo do Paranaíba, dez dia(s) a partir de 18 de outubro de 2024; Ana Flávia Barreiros Albino, Teófilo Otoni, um dia a partir de 21 de outubro de 2024 Prorrogação; Ana Flávia Barreiros Albino, Teófilo Otoni, três dia(s) a partir de 23 de outubro de 2024 Prorrogação; Andréia Silvério Putini, Ouro Fino, quinze dia(s) a partir de 17 de outubro de 2024; Antonio Henrique Godinho de Castro, Minas Novas, dez dia(s) a partir de 21 de outubro de 2024; Athenais Vilhena Lopes, Poços de Caldas, quinze dia(s) a partir de 15 de outubro de 2024 Prorrogação; Carolina de Brito Araújo Morais, Belo Horizonte, sessenta dia(s) a partir de 27 de setembro de 2024; Christina Helena de Brito e Caselli, Poços de Caldas, dois dia(s) a partir de 21 de outubro de 2024; Cintia Calmon Pungirum, Medina, quatro dia(s) a partir de 22 de outubro de 2024; Cíntia Meireles de Oliveira Monteiro, Águas Formosas, um dia a partir de 21 de outubro de 2024 Prorrogação; Edna Augusta de Matos, Belo Horizonte, sessenta dia(s) a partir de 13 de outubro de 2024 Prorrogação; Edsley Cristian Chaves, Estrela do Sul, um dia a partir de 22 de outubro de 2024; Euris José de Castro, Vazante, um dia a partir de 22 de outubro de 2024; Fábio dos Reis Ribeiro Marcello, Poços de Caldas, dois dia(s) a partir de 22 de outubro de 2024; Flávia Maia de Almeida Wanderley, Belo Horizonte, sessenta dia(s) a partir de 27 de outubro de 2024 Prorrogação; Juliana Guedes Cordeiro, Malacacheta, três dia(s) a partir de 22 de outubro de 2024; Katariny Matos Esteves, Araçuaí, cinco dia(s) a partir de 21 de outubro de 2024; Katiele de Macedo, Campina Verde, um dia a partir de 21 de outubro de 2024; Lília Resende Bracarense, Belo Horizonte, um dia a partir de 18 de outubro de 2024; Lillian Santa Rosa de Araujo Ayres, Belo Horizonte, quinze dia(s) a partir de 14 de outubro de 2024; Liliane DAgostini Briquet, Belo Horizonte, dois dia(s) a partir de 24 de outubro de 2024; Livia Renata Leopoldino Salgado, Belo Horizonte, sete dia(s) a partir de 12 de outubro de 2024 Prorrogação; Livia Renata Leopoldino Salgado, Belo Horizonte, dois dia(s) a partir de 23 de outubro de 2024 Prorrogação; Maria Conceição Souza Cunha, Uberlândia, um dia a partir de 22 de outubro de 2024; Maria Cristina Damasceno Mendes, Belo Horizonte, um dia a partir de 24 de outubro de 2024; Maria Heloisa Souza Freire, Belo Horizonte, um dia a partir de 04 de outubro de 2024 Prorrogação; Marília Pereira de Almeida, Teófilo Otoni, um dia a partir de 21 de outubro de 2024; Nayara Damasceno Rocha Campos, Almenara, dois dia(s) a partir de 17 de outubro de 2024; Priscila de Bom, Poços de Caldas, cinco dia(s) a partir de 21 de outubro de 2024 Prorrogação; Roberto Otávio da Silva Horta, Camanducaia, um dia a partir de 21 de outubro de 2024 Prorrogação; Robson Luiz da Silva, Capinópolis, oitenta e nove dia(s) a partir de 19 de outubro de 2024 Prorrogação; Samuel Juraci Gonçalves de Oliveira Bragança, Unaí, cinco dia(s) a partir de 21 de outubro de 2024 Prorrogação; Simônia Soares da Mota, Bonfinópolis de Minas, quarenta e cinco dia(s) a partir de 15 de outubro de 2024 Prorrogação; Viviane Ferreira Rosa Lima, Paracatu, um dia a partir de 23 de outubro de 2024 Prorrogação; William James Seymour Junior, Teófilo Otoni, dois dia(s) a partir de 07 de outubro de 2024 Prorrogação.

SEGUNDA VICE-PRESIDÊNCIA

ESCOLA JUDICIAL DESEMBARGADOR EDÉSIO FERNANDES

DIRETORIA EXECUTIVA DE DESENVOLVIMENTO DE PESSOAS

Diretor Executivo: Iácones Batista Vargas

GERÊNCIA DE ESTÁGIO E CONCURSO

Gerente: Ana Paula Andrade Prosdociami da Silva

SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTUDANTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO, ENGENHARIA CIVIL E ENGENHARIA ELÉTRICA PARA PROVIMENTO DE VAGAS DE ESTÁGIO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS**EDITAL Nº 03/2024**

O Excelentíssimo Desembargador Maurício Pinto Ferreira, Superintendente Adjunto da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, observado o disposto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e na Portaria Conjunta do TJMG nº 297, de 5 de julho de 2013, torna pública a abertura de inscrições para a seleção pública de estudantes de cursos de graduação em Arquitetura e Urbanismo, Engenharia Civil e Engenharia Elétrica para provimento de vagas de estágio e formação de Cadastro de Reserva na Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consultar íntegra do edital ao final do caderno administrativo desta publicação.

Belo Horizonte, 24 de outubro de 2024.

Íacones Batista Vargas
Diretor Executivo de Desenvolvimento de Pessoas

SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTUDANTES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM ARQUIVOLOGIA, BIBLIOTECONOMIA, CONSERVAÇÃO E RESTAURAÇÃO DE BENS CULTURAIS MÓVEIS, HISTÓRIA, LETRAS E MUSEOLOGIA PARA PROVIMENTO DE VAGAS DE ESTÁGIO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.**EDITAL Nº 04/2024**

O Excelentíssimo Desembargador Maurício Pinto Ferreira, Superintendente Adjunto da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, observado o disposto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e na Portaria Conjunta do TJMG nº 297, de 5 de julho de 2013, torna pública a abertura de inscrições para a seleção pública de estudantes de cursos de graduação em Arquivologia, Biblioteconomia, Conservação e Restauração de Bens Culturais Móveis, História, Letras e Museologia para provimento de vagas de estágio e formação de cadastro de reserva na Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consultar íntegra do edital ao final do caderno administrativo desta publicação.

Belo Horizonte, 24 de outubro de 2024.

Íacones Batista Vargas
Diretor Executivo de Desenvolvimento de Pessoas

SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTUDANTES DE CURSOS DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO, RÁDIO E TV OU RÁDIO, TV E INTERNET, RELAÇÕES PÚBLICAS, PUBLICIDADE E PROPAGANDA, DESIGN GRÁFICO, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, GESTÃO PÚBLICA E CIÊNCIAS DO ESTADO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DE ESTÁGIO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS.**EDITAL Nº 05/2024**

O Excelentíssimo Desembargador Maurício Pinto Ferreira, Superintendente Adjunto da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes, observado o disposto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e na Portaria Conjunta do TJMG nº 297, de 5 de julho de 2013, torna pública a abertura de inscrições para a seleção pública de estudantes de cursos de graduação em Jornalismo, Rádio e TV ou Rádio, TV e Internet, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Design Gráfico, Administração Pública, Gestão Pública e Ciências do Estado para provimento de vagas de estágio e formação de Cadastro de Reserva na Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

Consultar íntegra do edital ao final do caderno administrativo desta publicação.

Belo Horizonte, 24 de outubro de 2024.

Íacones Batista Vargas
Diretor Executivo de Desenvolvimento de Pessoas

GERÊNCIA DE PLANEJAMENTO E DESENVOLVIMENTO PEDAGÓGICO

Gerente: Inah Maria Szerman Rezende

GERÊNCIA ADMINISTRATIVA DE FORMAÇÃO

Gerente: Lorena Assunção Belleza Colares

Depoimento Especial de Crianças e Adolescentes no Sistema de Justiça

EDITAL Nº 05/2024 - EJEF/DIRDEP/GESCON/SELEÇÃO

SELEÇÃO PÚBLICA DE ESTUDANTES DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO EM JORNALISMO, RÁDIO E TV OU RÁDIO, TV E INTERNET, RELAÇÕES PÚBLICAS, PUBLICIDADE E PROPAGANDA, DESIGN GRÁFICO, ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, GESTÃO PÚBLICA E CIÊNCIAS DO ESTADO PARA PROVIMENTO DE VAGAS DE ESTÁGIO E FORMAÇÃO DE CADASTRO DE RESERVA NA SECRETARIA DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE MINAS GERAIS

O Excelentíssimo Desembargador Maurício Pinto Ferreira, Superintendente Adjunto da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes - EJEF, observado o disposto na Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008, e na Portaria Conjunta do TJMG nº 297, de 5 de julho de 2013, torna pública a abertura de inscrições para a Seleção Pública de Estudantes dos Cursos de Graduação em Jornalismo, Rádio e TV ou Rádio, TV e Internet, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Design Gráfico, Administração Pública, Gestão Pública e Ciências do Estado para provimento de vagas de estágio e formação de cadastro de reserva no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.

1. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1. A seleção pública será regida por este Edital, realizada sob a responsabilidade da Diretoria Executiva de Desenvolvimento de Pessoas da Escola Judicial Desembargador Edésio Fernandes- DIRDEP/EJEF/TJMG e supervisionada pela Gerência de Estágio e Concurso - GESCON e pela Coordenação de Concursos, com apoio da Diretoria Executiva de Comunicação - DIRCOM.

1.2. Poderão participar da seleção pública estudantes que cursam do 3º ao 6º períodos de graduação em Jornalismo, Rádio e TV ou Rádio, TV e Internet, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Design Gráfico, Administração Pública, Gestão Pública e Ciências do Estado.

1.3. A admissão do candidato aprovado está condicionada ao cumprimento de requisitos quanto à matrícula e frequência regular ao curso; aos períodos acadêmicos mínimo e máximo para ingresso; à comprovação da regularidade documental do convocado, dentre outras exigências descritas neste Edital e em norma específica de estágio do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais - TJMG.

1.4. A carga horária para a realização do estágio é de 30 (trinta) horas semanais, com jornada diária de 6 (seis) horas, de acordo com o horário estabelecido pelo órgão/setor de lotação.

1.4.1. A critério do TJMG, a carga horária para a realização do estágio poderá ser alterada, assim como o valor da bolsa de estágio e do auxílio-transporte a que se refere o subitem 1.5.

1.5. O estagiário fará jus ao recebimento de bolsa de estágio, atualmente, no valor de R\$1.333,00 (um mil, trezentos e trinta e três reais), e, também, de auxílio-transporte, em pecúnia, em quantia equivalente a R\$231,00 (duzentos e trinta e um reais).

2. VAGAS

2.1. O processo seletivo destina-se ao preenchimento de 1 (uma) vaga de estágio de graduação em Jornalismo, 1 (uma) vaga de estágio de graduação em Relações Públicas, 1 (uma) vaga de estágio de graduação em Publicidade e Propaganda, 1 (uma) vaga de estágio de graduação em Design Gráfico e 1 (uma) vaga de estágio de graduação em Administração Pública, Gestão Pública e Ciências do Estado, além da formação de cadastro de reserva, para atuação em Belo Horizonte, conforme quadro abaixo.

Vaga	Vagas (total)	Ampla concorrência	PcD	Negros	Qualificação exigida
Jornalismo	1 + CR	1	-	-	Estar cursando do 3º ao 6º períodos de Jornalismo, Rádio e TV ou Rádio, TV e Internet
Relações Públicas	1 + CR	1	-	-	Estar cursando do 3º ao 6º períodos de Relações Públicas
Publicidade e Propaganda	1 + CR	1	-	-	Estar cursando do 3º ao 6º períodos de Publicidade e Propaganda
Design Gráfico	1 + CR	1	-	-	Estar cursando do 3º ao 6º períodos de Publicidade e Propaganda ou de Design Gráfico
Administração Pública, Gestão Pública e Ciências do Estado	1 + CR	1	-	-	Estar cursando do 3º ao 6º períodos de Administração Pública, Gestão Pública e Ciências do Estado

2.2. Esta seleção pública é destinada ao provimento de vagas de estágio existentes e das que vierem a surgir durante seu prazo de validade.

2.3. As vagas de estágio oferecidas são, em sua grande maioria, destinadas ao estágio presencial.

2.3.1. A exclusivo critério do TJMG, por meio do supervisor do estágio, as atividades poderão ser realizadas parcialmente ou integralmente na modalidade à distância.

3. INSCRIÇÕES

3.1. A inscrição nesta seleção pública será efetuada exclusivamente na forma descrita neste Edital.

3.2. A inscrição do candidato implicará o conhecimento e a tácita aceitação das regras da seleção pública, tais como se acham estabelecidas neste Edital e nas normas legais pertinentes, bem como em eventuais comunicados ou instruções específicas para a realização do certame, acerca dos quais não poderá alegar desconhecimento.

3.3. Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou extemporânea.

3.4. As inscrições serão realizadas no período das 8h do dia 1º de novembro às 23h59 do dia 15 de novembro de 2024, devendo o candidato:

a) acessar o endereço eletrônico <http://ejef.tjmg.jus.br/estagio-selecoes>;

b) preencher a Ficha de Inscrição, informando:

b.1) nome completo;

b.2) nome social, se for o caso;

b.3) data de nascimento;

b.4) número do Cadastro de Pessoa Física - CPF;

b.5) telefone(s) de contato;

b.6) e-mail de contato;

b.7) que consente que seus dados pessoais, sensíveis ou não, sejam tratados e processados de forma a possibilitar a efetiva execução da seleção pública, com a aplicação dos critérios de avaliação e seleção, autorizando expressamente a divulgação de seu nome, número de inscrição, notas, data de nascimento, quando utilizada como critério de desempate, em observância aos princípios da publicidade e da transparência que regem a Administração Pública e nos termos da Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018;

b.8) que está ciente de que, possivelmente, os resultados da seleção pública poderão ser encontrados na rede mundial de computadores, por meio dos mecanismos de busca atualmente existentes;

b.9) demais dados solicitados no ato da inscrição.

3.5. A inscrição deverá ser feita para apenas uma das vagas, de acordo com o curso de graduação.

3.6. Caso o candidato se inscreva para mais de uma vaga, será considerada apenas a última inscrição registrada no sistema.

3.7. O candidato deverá manter e-mail e contato telefônico atualizados para eventuais comunicações de caráter informativo, o que não o desobriga de acompanhar o andamento da seleção pública pelas publicações oficiais no Diário do Judiciário eletrônico - DJe, no site do TJMG, bem como no endereço eletrônico <http://ejef.tjmg.jus.br/estagio-selecoes>.

3.8. Quando os motivos de ordem técnica não lhes forem imputáveis, o TJMG não se responsabilizará por inscrições não recebidas por falhas de comunicação, congestionamento das linhas de comunicação, nem problemas de ordem técnica nos computadores utilizados pelos candidatos.

3.9. O candidato poderá, até o término do período de inscrições, realizar alteração de dados cadastrados na Ficha de Inscrição, por meio de acesso ao endereço eletrônico <http://ejef.tjmg.jus.br/estagio-selecoes>.

3.10. Não haverá cobrança de valor para inscrição.

3.11. O candidato, caso atenda às condições dispostas nos itens 4 e 5, poderá concorrer, concomitantemente, às vagas reservadas às pessoas com deficiência e aos negros.

3.12. É de inteira responsabilidade do candidato a veracidade das informações prestadas no ato de preenchimento da Ficha de Inscrição.

3.12.1. O TJMG exime-se de responsabilidade sobre quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas, inexatas, incompletas ou inverídicas ou que não satisfaçam todas as condições estabelecidas neste Edital, fornecidas pelo candidato na Ficha de Inscrição.

3.12.2. As informações incorretas, inexatas, incompletas ou inverídicas ou que não satisfaçam todas as condições estabelecidas neste Edital poderão acarretar a eliminação do candidato da seleção pública.

3.13. A inscrição é intransferível.

3.14. O candidato receberá um e-mail de confirmação validando sua inscrição. O *status* da inscrição também constará no ambiente de prova indicando tal confirmação.

3.14.1. Caso o candidato não receba o e-mail de confirmação e/ou não visualize o *status* confirmando a inscrição no ambiente de provas deverá, até as 23h59 do dia 20 de novembro de 2024, informar à Coordenação de Concursos pelo e-mail selecao@tjmg.jus.br.

3.15. O login e a senha cadastrados na inscrição serão utilizados para acesso:

- a) às informações de forma individualizada;
- b) ao ambiente da prova objetiva de múltipla escolha on-line.

3.16. Orientações e informações sobre inscrição, acesso à prova objetiva de múltipla escolha on-line e interposição de recurso estarão disponíveis para consulta no endereço eletrônico <http://ejef.tjmg.jus.br/estagio-selecoes>.

4. VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS COM DEFICIÊNCIA

4.1. Aos candidatos com deficiência que pretendam fazer uso das prerrogativas que lhes são facultadas pelo art. 10 da Portaria Conjunta do TJMG nº 297/2013, bem como pelo § 5º do art. 17 da Lei nº 11.788/2008, é assegurado o direito de concorrer às vagas reservadas, conforme estabelecido neste Edital.

4.2. Para fins de identificação de cada tipo de deficiência, adotar-se-á a definição contida na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, na Lei Federal nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, na Lei nº 14.126, de 22 de março de 2021, no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

4.3. Os candidatos com deficiência, devidamente inscritos nessa modalidade, participarão da seleção pública em igualdade de condições com os demais candidatos no que tange ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao dia, horário e à nota mínima exigida para todos os candidatos e às demais normas de regência da seleção pública.

4.4. Serão reservadas aos candidatos com deficiência inscritos e aprovados nessa condição, por área de formação, 10% (dez por cento) das vagas existentes e das que vierem a surgir ou que forem criadas no Tribunal de Justiça de Minas Gerais, dentro do prazo de validade desta seleção pública.

4.5. O percentual de vagas para os candidatos com deficiência será sempre arredondado quando resultar de um número fracionário, sendo que, se este for uma fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), o arredondamento será feito para o número inteiro subsequente; e, se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos), para o número inteiro anterior.

4.6. A 5ª (quinta), a 15ª (décima quinta), a 25ª (vigésima quinta) vagas de estágio e assim sucessivamente, por área de formação, ficam destinadas aos candidatos com deficiência de que trata o item 4.1.

4.7. Caso não existam candidatos com deficiência aprovados em número suficiente para que sejam ocupadas as vagas a eles reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação na seleção pública.

4.8. A inscrição do candidato com deficiência dar-se-á de acordo com o estabelecido no item 3, ou, se for o caso, no item 5, devendo o candidato, ainda, ao preencher a Ficha de Inscrição, informar:

- a) se é candidato com deficiência;
- b) se possui interesse em concorrer às vagas reservadas aos candidatos com deficiência.

4.8.1. O candidato com deficiência que não preencher, na Ficha de Inscrição, o campo específico sobre o interesse em concorrer às vagas reservadas a pessoas com deficiência terá sua inscrição processada apenas como candidato de ampla concorrência e não poderá alegar posteriormente a condição de deficiente para reivindicar a prerrogativa legal.

4.9. O candidato aprovado na seleção pública que declarar ser pessoa com deficiência deverá apresentar, quando da admissão, juntamente com os demais documentos solicitados no item 10.5.2, por meio de Peticionamento Eletrônico via Sistema Eletrônico de Informações – SEI, atestado médico, com carimbo e CRM do médico, que tenha sido expedido, no máximo, 90 (noventa) dias antes da publicação deste Edital, no qual conste a espécie e o grau ou nível de deficiência, com expressa referência ao CID.

4.9.1. O atestado médico apresentado terá validade somente para esta seleção pública.

4.9.2. A qualquer tempo, a DIRDEP/EJEF/TJMG poderá solicitar o original do atestado médico apresentado.

4.10. A critério da DIRDEP/EJEF/TJMG, quando da admissão, o candidato com deficiência poderá ser submetido à perícia médica oficial, a ser realizada pela Gerência de Saúde no Trabalho - GERSAT.

4.10.1. Na perícia médica, a GERSAT/TJMG poderá exigir exames e testes complementares.

4.11. O candidato que, após a análise do atestado médico e/ou da perícia médica, não for considerado pessoa com deficiência, será excluído da respectiva lista de classificação, passando a figurar apenas na lista de ampla concorrência.

5. VAGAS RESERVADAS AOS CANDIDATOS NEGROS

5.1. Serão reservadas aos candidatos negros inscritos e aprovados nessa condição, por área de formação, 30% (trinta por cento) das vagas existentes e das que vierem a surgir ou que forem criadas no Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais, dentro do prazo de validade desta seleção pública.

5.1.1. O percentual de vagas para os candidatos inscritos como negros será sempre arredondado quando resultar de um número fracionário, sendo que, se este for uma fração igual ou superior a 0,5 (cinco décimos), o arredondamento será feito para o número inteiro subsequente; e, se a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos), para o número inteiro anterior.

5.1.2. A 3ª (terceira), a 6ª (sexta), a 9ª (nona), a 12ª (décima segunda), a 16ª (décima sexta), a 19ª (décima nona), a 22ª (vigésima segunda), a 26ª (vigésima sexta) vagas e assim sucessivamente ficam destinadas à reserva de que trata o subitem 5.1.

5.1.3. Na hipótese de não haver candidatos negros aprovados em número suficiente para as vagas reservadas, as vagas remanescentes serão revertidas para a ampla concorrência e preenchidas pelos demais candidatos aprovados, observada a ordem de classificação na seleção pública.

5.2. Para concorrer às vagas reservadas aos negros, ao preencher a Ficha de Inscrição, além de observar o estabelecido no item 3 ou, se for o caso, no item 4, o candidato deverá:

- a) manifestar interesse em concorrer às vagas reservadas aos candidatos negros;
- b) declarar-se negro de cor preta ou parda, conforme quesito cor ou raça utilizado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

5.2.1. Presumir-se-ão verdadeiras as informações prestadas na autodeclaração manifestada nos termos da alínea “b” do subitem 5.2, sem prejuízo da apuração das responsabilidades administrativa, civil e penal na hipótese de constatação de declaração falsa.

5.3. O candidato que não manifestar, na Ficha de Inscrição, nos termos da alínea “a” do item 5.2, o interesse em concorrer às vagas reservadas aos negros terá a sua inscrição processada apenas como candidato de ampla concorrência e não poderá alegar posteriormente ser preto ou pardo para reivindicar a prerrogativa legal.

5.4. O candidato inscrito como negro concorrerá, concomitantemente, às vagas a ele reservadas e às vagas destinadas à ampla concorrência, de acordo com a sua ordem de classificação.

5.5. O candidato inscrito como negro participará da seleção pública em igualdade de condições com os demais candidatos no que se refere ao conteúdo, à avaliação, aos critérios de aprovação, ao dia e ao horário das provas e à nota mínima exigida para todos os candidatos e às demais normas de regência da seleção pública.

5.6. Quando da convocação do candidato, caso haja dúvidas sobre a condição autodeclarada, poderá haver procedimento de heteroidentificação, o qual considerará exclusivamente as características fenotípicas do candidato, ou seja, o conjunto de características físicas visíveis que o fazem ser identificado socialmente como pessoa negra (preta ou parda), não sendo considerada a sua ascendência ou a sua autopercepção.

5.6.3. O não comparecimento no dia e no horário designados para o procedimento de heteroidentificação complementar à autodeclaração implicará a exclusão do candidato da lista dos inscritos como negros, passando a figurar apenas na lista da ampla concorrência e das pessoas com deficiência, se for o caso.

5.6.4. Constatado que o candidato não é preto ou pardo, ele passará a figurar apenas na lista da ampla concorrência e das pessoas com deficiência, se for o caso.

5.7. Ocorrendo a situação descrita nos itens 5.6.3 e 5.6.4 será oportunizado prazo de 2 (dois) dias úteis para o estudante apresentar recurso contra a decisão que o excluiu da lista de candidatos negros, a fim de garantir o contraditório e a ampla defesa.

5.7.1. O recurso deverá ser encaminhado à CONCURSO, via SEI.

5.7.2. A decisão relativa ao recurso a que se refere o subitem 5.7 será disponibilizada no SEI, bem como no endereço eletrônico <http://ejef.tjmg.jus.br/estagio-selecoes>.

6. PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

6.1. A presente seleção pública será composta de 1 (uma) prova objetiva de múltipla escolha, a ser realizada na modalidade on-line, conforme a área de graduação do estudante (Jornalismo, Rádio e TV ou Rádio, TV e Internet, Relações Públicas, Publicidade e Propaganda, Design Gráfico, Administração Pública, Gestão Pública e Ciências do Estado), cuja elaboração, correção e análise de recursos estarão limitadas ao conteúdo programático constante do Anexo Único deste Edital.

6.2. A prova objetiva de múltipla escolha terá caráter eliminatório e classificatório.

6.3. A prova objetiva de múltipla escolha conterá 25 (vinte) questões, valendo 1 (um) ponto cada, sendo 5 (cinco) questões de Língua Portuguesa, 5 (cinco) questões de Organização do Estado e Poder Judiciário, 5 (cinco) questões de Comunicação Social, 5 (cinco) questões de Cultura e Conhecimentos Gerais e 5 (cinco) questões de Conhecimentos Específicos, conforme a área de concorrência escolhida pelo candidato.

6.4. As questões de múltipla escolha e a ordem da resposta de cada uma delas serão embaralhadas de forma randômica para cada candidato.

6.5. A nota da prova objetiva de múltipla escolha será calculada à razão de 1 (um) ponto por acerto, totalizando 25 (vinte e cinco) pontos.

6.6. Os gabaritos das provas objetivas de múltipla escolha serão disponibilizados no endereço eletrônico <http://ejef.tjmg.jus.br/estagio-selecoes>.

6.7. Será considerado habilitado na seleção pública o candidato que acertar o mínimo de 12 (doze) questões e que não possuir nota 0 (zero) nas questões de Língua Portuguesa.

7. REALIZAÇÃO DA PROVA

7.1. A prova objetiva de múltipla escolha, com duração de 1 (uma) hora, será realizada em plataforma digital constante do endereço eletrônico <http://ejef.tjmg.jus.br/estagio-selecoes> no dia 8 de dezembro de 2024.

7.1.1. O candidato poderá iniciar a prova objetiva de múltipla escolha entre 8h e 12h.

7.1.2. Ao iniciar a prova, o candidato terá 1 (uma) hora para concluí-la, ressaltando-se que a partir das 13h a prova estará indisponível.

7.1.3. O candidato terá somente 1 (uma) oportunidade de acesso à prova on-line na plataforma digital, não podendo realizar novo acesso em caso de encerramento da conexão.

7.2. A plataforma digital possui compatibilidade com softwares de leitura para deficientes visuais.

7.3. O candidato terá acesso à prova objetiva de múltipla escolha on-line utilizando o login e senha cadastrados na inscrição.

7.4. O TJMG não se responsabilizará por problemas técnicos em computadores utilizados pelos candidatos, conexão com a internet, congestionamento das linhas de comunicação, falta de energia elétrica, bem como outros fatores que impeçam a realização da prova.

7.5. A prova objetiva de múltipla escolha não poderá ser mais acessada após a sua conclusão, mesmo que o candidato haja finalizado a prova antes do término do prazo previsto no subitem 7.1.

7.6. Não haverá segunda chamada para a prova objetiva de múltipla escolha, nem a sua realização fora da data e do horário estabelecidos.

7.7. Será eliminado da seleção pública o candidato que:

a) não realizar a prova objetiva de múltipla escolha on-line na data e no horário estabelecidos;

b) deixar de atender, durante a realização da prova, as instruções disponíveis no endereço eletrônico <http://ejef.tjmg.jus.br/estagio-selecoes> e as demais orientações constantes neste Edital.

8. RECURSOS

8.1. Caberá interposição de recurso fundamentado contra gabarito e/ou conteúdo das questões de múltipla escolha no prazo de 2 (dois) dias úteis, contados da disponibilização do gabarito da referida prova no endereço eletrônico <http://ejef.tjmg.jus.br/estagio-selecoes>.

8.1.1. O recurso deverá ser apresentado no endereço eletrônico <http://ejef.tjmg.jus.br/estagio-selecoes>, até às 23h59 do último dia recursal.

8.1.2. No mesmo prazo para a interposição do recurso a que se refere o item 8.1, o candidato poderá ter vista de suas respostas na prova objetiva de múltipla escolha no endereço eletrônico <http://ejef.tjmg.jus.br/estagio-selecoes>, de forma individualizada, por meio de login e senha cadastrados na Ficha de Inscrição.

8.2. O recurso deverá conter:

- a) a transcrição da questão recorrida;
- b) a transcrição da resposta do gabarito oficial;
- c) a resposta marcada pelo candidato;
- d) argumentação lógica e consistente.

8.3. Não serão conhecidos os recursos:

- a) interpostos coletivamente;
- b) sem a devida fundamentação;
- c) intempestivos;
- d) referentes a outros candidatos;
- e) que não atenderem ao disposto no subitem 8.2.

8.4. O recurso deverá ser apresentado de uma única vez, não se admitindo complementação, suplementação, inclusão e/ou substituição durante ou após os prazos estabelecidos neste Edital.

8.5. Os pontos relativos a questões eventualmente anuladas serão atribuídos a todos os candidatos que fizeram a prova e não obtiveram pontuação nas referidas questões, conforme o primeiro gabarito oficial, independentemente de interposição de recursos.

8.6. Os candidatos que haviam recebido pontos nas questões anuladas, após os recursos, terão esses pontos mantidos sem receber pontuação a mais.

8.7. Na ocorrência do disposto nos subitens 8.5 e 8.6, poderá haver alteração da classificação inicial obtida pelo candidato para uma classificação superior ou inferior, ou, ainda, a sua desclassificação do processo seletivo.

8.8. A fundamentação da decisão sobre o indeferimento do recurso será disponibilizada no endereço eletrônico <http://ejef.tjmg.jus.br/estagio-selecoes> para consulta individualizada, por meio de login e senha cadastrados na Ficha de Inscrição.

8.9. O resultado dos recursos contra o gabarito e/ou conteúdo das questões da prova objetiva de múltipla escolha será publicado no endereço <http://ejef.tjmg.jus.br/estagio-selecoes>.

8.10. A relação definitiva dos candidatos habilitados na prova de múltipla escolha será publicada no Diário do Judiciário eletrônico - DJe e divulgada no endereço divulgado no endereço eletrônico <http://ejef.tjmg.jus.br/estagio-selecoes>.

9. PONTUAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO FINAL

9.1. A pontuação obtida na prova objetiva de múltipla escolha será a nota final do candidato, após análise dos recursos.

9.2. A classificação final obedecerá à ordem decrescente da nota final obtida pelo candidato.

9.3. Em caso de empate, terá preferência, sucessivamente, o candidato que tenha:

- a) maior pontuação na prova objetiva de múltipla escolha de Conhecimentos Específicos;

- b) maior pontuação na prova objetiva de múltipla escolha de Língua Portuguesa;
- c) maior idade, sendo consideradas as informações prestadas pelo candidato na Ficha de Inscrição.

9.3.1 Persistindo o empate, será realizado sorteio público.

9.4. Aplicados os critérios de desempate, será publicada a classificação final na seleção pública no DJe e divulgada no endereço eletrônico <http://ejef.tjmg.jus.br/estagio-selecoes>.

9.5. O candidato aprovado na seleção pública deverá, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a solicitação via e-mail, preencher os dados complementares solicitados pelo eSocial e de perfil, no endereço eletrônico <http://ejef.tjmg.jus.br/estagio-selecoes>.

10. CONVOCAÇÃO PARA PREENCHIMENTO DAS VAGAS E CONDIÇÕES PARA ADMISSÃO

10.1. Definida a vaga a ser preenchida (ampla concorrência, reservada a candidato com deficiência ou reservada a candidato negro), será convocado o candidato mais bem posicionado, observadas as reservas previstas nos itens 4 e 5.

10.2. A convocação para preenchimento das vagas existentes e das que vierem a surgir durante o período de validade da seleção pública será realizada de acordo com a ordem de classificação final.

10.2.1. Caso a jornada de estágio seja incompatível com o horário de atividade escolar, o candidato convocado deverá aguardar o surgimento de vaga compatível.

10.3. Os candidatos com deficiência e os negros serão convocados de acordo com a respectiva lista de classificação, ressalvada a hipótese de melhor classificação na lista geral de candidatos.

10.3.1. Em caso de desistência de candidato inscrito como pessoa com deficiência aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato com deficiência posteriormente classificado.

10.3.2. Em caso de desistência de candidato inscrito como negro aprovado em vaga reservada, a vaga será preenchida pelo candidato negro posteriormente classificado.

10.3.3. Em caso de desistência de candidato classificado na lista de ampla concorrência, a vaga será preenchida pelo candidato posteriormente classificado na mesma lista.

10.3.4. O candidato convocado concomitantemente para as vagas reservadas às pessoas com deficiência e aos negros deverá manifestar, em até 2 (dois) dias úteis, a opção por uma delas por meio de resposta ao e-mail a que se refere o subitem 10.4.

10.3.5. Caso o candidato não se manifeste no prazo e na forma a que se refere o subitem 10.3.3, será considerada a convocação para as vagas reservadas aos negros.

10.4. A convocação para o preenchimento das vagas de estágio existentes e das que vierem surgir durante a validade da seleção pública será realizada mediante divulgação nas páginas

do Portal TJMG e do Portal da EJEF, bem como envio de mensagem ao e-mail de contato informado no requerimento on-line de inscrição.

10.4.1. O candidato deverá manter o e-mail e o telefone de contato atualizados para eventuais comunicações de caráter informativo, o que não o desobriga de acompanhar o andamento da seleção pública pelas publicações oficiais, bem como no endereço eletrônico <http://ejef.tjmg.jus.br/estagio-selecoes>.

10.5. O candidato deverá realizar o Peticionamento Eletrônico por meio do Sistema SEI, inserindo a documentação necessária para admissão, observadas as instruções da cartilha “Peticionamento Eletrônico – com seleção pública”, disponibilizada no endereço eletrônico <http://ejef.tjmg.jus.br/estagio/>, no prazo informado no e-mail a que se refere o item 10.4.

10.5.1. Caso o candidato convocado já integre o quadro de estagiários do TJMG, deverá procurar seu(a) supervisor(a) de estágio para que este(a) formalize à COEST solicitação de prorrogação de contrato de estágio, seguindo os procedimentos padrões adotados à época da solicitação, sendo desnecessário iniciar novo Peticionamento Eletrônico.

10.5.2. Documentação necessária para admissão:

- a) formulário “Documentação para Admissão de Estagiário”, preenchido de forma completa;
- b) e-mail oficial de convocação oficial enviado pela COEST, indicando o nome do estudante e a unidade na qual será lotado;
- c) documento oficial de identidade com foto e CPF do estudante;
- d) declaração da instituição de ensino superior, contendo:
 - d.1) informação sobre a matrícula em curso de graduação reconhecido pelo MEC;
 - d.2) frequência regular, no caso de curso de graduação presencial;
 - d.3) nome do curso de graduação relacionado à área para a qual foi convocado;
 - d.4) datas de início e previsão de término do curso no formato dia/mês/ano;
- e) comprovante de endereço válido e atualizado;
- f) comprovante de situação regular do CPF emitido no site oficial da Receita Federal;
- g) atestado médico a que se refere o item 4.9, no caso de candidato com deficiência;
- h) dados do eSocial preenchidos, conforme disposto nos subitem 8.5;
- i) atestado de antecedentes criminais, fornecido pelo órgão competente do Estado emissor da carteira de identidade civil do estudante.

10.6. A documentação necessária para admissão apresentada pelo candidato será analisada pela COEST.

10.6.1. Caso se verifique inconsistência na documentação, será dado prazo de 5 (cinco) dias úteis para saneamento, contados da manifestação da COEST no processo SEI.

10.7. A convocação será tornada sem efeito, sendo eliminado da seleção pública o candidato que:

- a) não apresentar a documentação necessária para admissão ou apresentar de forma incorreta algum dos documentos necessários para admissão;
- b) apresentar declaração de matrícula em curso de graduação diverso da área para o qual foi convocado;
- c) deixar de providenciar o saneamento da documentação necessária para admissão no prazo a que se refere o subitem 10.6.1;

- d) formalizar sua desistência por e-mail enviado ao endereço selecaoestagiarios@tjmg.jus.br, informando que não possui interesse ou disponibilidade para estagiar no TJMG;
- e) não responder/retornar, no prazo de 2 (dois) dias úteis, e-mail e/ou contato via WhatsApp enviado/feito pelo Tribunal que se refira à entrevista e/ou solicitação de informações sobre disponibilidade para estágio, sem prejuízo aos demais prazos previstos em edital;
- f) não comparecer, injustificadamente, à entrevista a que se refere o capítulo 12;
- g) recusar 2 (duas) ofertas de vagas compatíveis com a disponibilidade de horário e período do curso;
- h) não preencher os dados complementares necessários ao eSocial e de perfil no prazo indicado no item 8.5;
- i) deixar de observar as condições estipuladas pela Portaria Conjunta do TJMG nº 297/2013 e por este Edital;
- j) não preencher todos os requisitos exigidos neste Edital;
- k) for recusado em 1 (uma) entrevista, justificadamente;
- l) apresentar informação falsa ou documentação adulterada;
- m) manifestar indisponibilidade e/ou incompatibilidade para o estágio;
- n) não possuir disponibilidade para o estágio presencial que lhe foi ofertado.

10.8. O candidato que possuir registro criminal ou de conduta inadequada durante o exercício de outra(s) atividade(s) de estágio na instituição poderá ser eliminado da seleção pública, observadas as especificidades da situação concreta.

10.8.1. Caso o registro criminal seja identificado no curso do estágio, poderá ocorrer o desligamento após análise do caso concreto.

11. ADMISSÃO

11.1. O candidato convocado ingressará como estagiário por meio de celebração de termo de compromisso, assinado eletronicamente, no qual estarão estabelecidas as condições para a realização do estágio, nos termos da Portaria Conjunta do TJMG nº 297/2013.

11.2. O termo de compromisso de estágio e o plano de estágio deverão ser assinados eletronicamente, via SEI.

11.3. As instituições de ensino deverão se cadastrar como usuários externos do SEI para assinar digitalmente os documentos que lhes forem solicitados.

11.4. Não será admitido, sendo excluído da seleção pública, o candidato cuja instituição de ensino se recuse a assinar digitalmente o termo de compromisso de estágio e o plano de estágio.

11.5. Serão admitidos os estudantes que estiverem, no momento da convocação, cursando:

- a) no mínimo, o 3º período ou equivalente;
- b) no máximo, o 6º período ou equivalente, sendo que, para períodos superiores, será necessária a aquiescência do titular do setor onde haverá as atividades de estágio.

11.6. O estudante aprovado na seleção pública que já tenha estagiado no TJMG somente será readmitido se o período de estágio for igual ou superior a 1 (um) ano, salvo se

autorizado pelo setor onde exercerá as atividades de estágio, respeitado, em qualquer hipótese, o limite máximo de 2 (dois) anos de estágio, exceto quando se tratar de estágio para pessoa com deficiência.

12. ENTREVISTA

12.1. O setor requisitante do estagiário poderá realizar entrevista com o candidato convocado.

12.2. A entrevista possuirá caráter avaliativo e eliminatório, destinando-se à análise de perfil do estudante e alinhamento com as atividades a serem desempenhadas no setor.

12.2.1. Na entrevista serão avaliados quesitos como interesse na área em questão, comunicação eficaz, domínio do uso da língua portuguesa, capacidade de trabalhar em equipe, proatividade e relacionamento interpessoal, ou outra questão considerada relevante pelo setor requisitante do estagiário.

12.2.2. Restando constatado que o estudante não preenche os requisitos de perfil exigidos para as vagas existentes, após a realização de entrevistas, ele poderá ser eliminado.

12.2.3. A vaga de estágio prevista para os cursos de Administração Pública, Gestão Pública e Ciências do Estado destina-se à atuação no Programa Conhecendo o Judiciário, sendo que o candidato convocado, durante a entrevista, deverá fazer a exposição de um tópico, a ser definido e comunicado previamente pela área, com a finalidade de avaliar suas habilidades de falar em público.

13. RESULTADOS

13.1. Serão publicados no Diário do Judiciário eletrônico - DJe e disponibilizados no endereço eletrônico <http://ejef.tjmg.jus.br/estagio-selecoes>:

- a) relação das inscrições efetivadas;
- b) classificação final.

13.2. Serão disponibilizados no endereço eletrônico <http://ejef.tjmg.jus.br/estagio-selecoes>:

- a) gabarito da prova objetiva de múltipla escolha;
- b) resultado dos recursos contra gabarito e/ou conteúdo de questões;
- c) relação definitiva de habilitados.

14. VALIDADE DA SELEÇÃO PÚBLICA

14.1. A seleção pública será homologada pelo 2º Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEF.

14.2. A seleção pública terá validade de 1 (um) ano, a contar da homologação, podendo ser prorrogada 1 (uma) vez, por igual período, em sua totalidade ou por área de formação, a critério do 2º Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEF.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1. É vedada a realização de estágio por estudante que:

- a) possua vínculo profissional ou de estágio com advogado ou sociedade de advogados;
- b) seja policial civil, militar ou guarda municipal;
- c) seja titular de mandato eletivo federal, estadual, distrital ou municipal;
- d) seja ocupante de cargo integrante dos quadros de pessoal de servidores do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais;
- e) seja Auxiliar da Justiça – AJ do Poder Judiciário do Estado de Minas Gerais.

15.2. A duração do estágio não poderá exceder a 2 (dois) anos, exceto quando se tratar de estágio para pessoa com deficiência, observadas as diretrizes da Portaria Conjunta do TJMG nº 297/2013.

15.3. O acompanhamento da divulgação deste Edital e de comunicados relacionados à seleção pública é de responsabilidade exclusiva do candidato.

15.4. Não serão aceitas a apresentação de documentos ou a interposição de recursos por meio não especificado neste Edital.

15.5. Os prazos estabelecidos neste Edital são preclusivos, contínuos e comuns a todos os candidatos, não havendo justificativa para o não cumprimento e para a apresentação de quaisquer recursos ou documentos após as datas e em desacordo com as formas estabelecidas neste Edital.

15.6. Para contagem do prazo de apresentação de documentos e interposição de recursos, excluir-se-á o dia da publicação/divulgação e incluir-se-á o último dia do prazo estabelecido neste Edital, desde que dia útil, sendo prorrogado, em caso contrário, para o primeiro dia útil subsequente.

15.7. A comprovação da tempestividade da apresentação de documentos será feita pela data do protocolo gerado após o peticionamento eletrônico no Sistema SEI.

15.8. A constatação, a qualquer tempo, de irregularidade, inexatidão de dados ou falsidade de qualquer declaração implicará, ainda que homologada a seleção, anulação da inscrição do candidato, bem como de todos os atos dela decorrentes, sem prejuízo das sanções legais cabíveis.

15.9. O candidato deverá atualizar seus dados pessoais (e-mail, telefone, endereço, horários disponíveis para realização do estágio etc.) e obter informações e orientações referentes à seleção pública junto à Coordenação de Concursos, pelo e-mail selecao@tjmg.jus.br.

15.9.1. As redes sociais não são o canal oficial para publicações de resultados, esclarecimento de dúvidas, envio de recursos, encaminhamento de documentos e envio de reclamações referentes a esta seleção pública.

15.10. Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pelo 2º Vice-Presidente do TJMG e Superintendente da EJEJF.

15.11. Integra este Edital o Anexo Único, correspondente ao Conteúdo Programático.

Belo Horizonte, 24 de outubro de 2024.

Desembargador Maurício Pinto Ferreira
Superintendente Adjunto da EJEF

ANEXO ÚNICO

CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONHECIMENTOS GERAIS (PARA TODOS OS CURSOS DE GRADUAÇÃO)

LÍNGUA PORTUGUESA

1. Interpretação de textos.
2. Morfologia, sintaxe e semântica.

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO E PODER JUDICIÁRIO

1. Noções gerais sobre divisão de Poderes e membros de Poder. Organização do Poder Judiciário Estadual e Federal. Tribunais Superiores e Tribunais estaduais.

Bibliografia: cartilhas do Programa Conhecendo o Judiciário, disponíveis em <https://www.tjmg.jus.br/portal-tjmg/acoes-e-programas/conhecendo-o-judiciario>

COMUNICAÇÃO SOCIAL

1. Comunicação Institucional.
2. Teorias da comunicação.
3. Comunicação corporativa e empresarial.
4. Comunicação e ética.

Bibliografia:

BALDISSERA, Rudimar. Comunicação Organizacional na perspectiva da complexidade. Organicom, São Paulo, ano 6, Edição Especial, n. 10-11, p. 115-120, 2009. Disponível em: <<http://www.comunita.com.br/assets/comunicacaoorganizacionalrudimar.pdf>>

HOHLFELDT, A; MARTINO, C.; FRANÇA, V. Teorias da Comunicação: conceitos, escolas e tendências. Petrópolis: Vozes, 2001.

CULTURA E CONHECIMENTOS GERAIS

Principais notícias de política, economia e cultura na imprensa nacional; notícias atuais do Portal do TJMG; noção básica de cultura brasileira; acompanhamento de temas relevantes para justiça mineira, como racismo, homofobia e violência doméstica.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

1) JORNALISMO

1. Jornalismo e comunicação ética.
2. Ética no jornalismo.
3. Teorias do jornalismo.
4. Teoria e prática da assessoria de imprensa.
5. Redação jornalística e estrutura da notícia.
6. Lei 13.188, de 11 de novembro de 2015: Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social.

2) RELAÇÕES PÚBLICAS

1. Planejamento estratégico de comunicação.
2. Comunicação Pública.
3. Redação de documentos oficiais.
4. Regras de cerimonial e protocolo no contexto do Judiciário.

Bibliografia:

MEDEIROS, Armando. CHIRNEV, Lilian. Afinal, o que é Comunicação Pública? In: Guia de comunicação pública. Brasília: Associação Brasileira de Comunicação Pública, 2021, p.7-16. Disponível em: <https://abcpublica.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Guia_de_Comunicação_Pública.pdf>

KUNSCH, Margarida. Planejamento. In: Planejamento de Relações Públicas na comunicação integrada. São Paulo: Summus, 2003, p. 203-229.

BRASIL. Supremo Tribunal Federal. Manual de atos oficiais administrativos do Supremo Tribunal Federal [versão eletrônica] / Supremo Tribunal Federal. Brasília : STF, Secretaria de Documentação, 2020, p. 23-28. Disponível em:<<https://www.stf.jus.br/arquivo/cms/publicacaoPublicacaoTematica/anexo/manualdeatosoficiais.pdf>>

LEI No 5.700, DE 1º DE SETEMBRO DE 1971. Dispõe sobre a forma e a apresentação dos Símbolos Nacionais, e dá outras providências. Disponível em: <[RESOLUÇÃO Nº 664/2011 Dispõe sobre o cerimonial institucional do Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais. Disponível em: <<http://www8.tjmg.jus.br/institucional/at/pdf/re06642011.pdf>>](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5700.htm#:~:text=LEI%20No%205.700%2C%20DE%201%20%20BA%20DE%20SETEMBRO%20DE%201971.&text=Disp%C3%B5e%20sobre%20a%20forma%20e,Nacionais%2C%20e%20d%C3%A1%20outras%20provid%C3%AAs.>></p></div><div data-bbox=)

3) PUBLICIDADE E PROPAGANDA

1. Identidade e imagem corporativas.
2. Gestão de marcas.
3. Planejamento de comunicação.
4. Criação e direção de arte.
5. Atendimento, mídia e redação publicitária.
6. Produção gráfica.

4) DESIGN GRÁFICO

1. Cor: percepção e tendências.
2. Tipografia.
3. Design centrado no usuário.
4. Semiótica.
5. Noções básicas de gerenciamento de marcas.
6. Design gráfico: conceitos e fundamentos.
7. Metodologia e processos de criação.

5) ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, GESTÃO PÚBLICA E CIÊNCIAS DO ESTADO

1. Estrutura e funcionamento do Poder Judiciário
2. Comunicação Pública
3. Proteção da infância e juventude
4. Direito e cidadania para a população idosa

Bibliografia:

Cartilhas do Programa Conhecendo o Judiciário, disponíveis em <https://www.tjmg.jus.br/conhecendojudiciario/#!>;

MEDEIROS, Armando. CHIRNEV, Lilian. Afinal, o que é Comunicação Pública? In: Guia de comunicação pública. Brasília: Associação Brasileira de Comunicação Pública, 2021, p.7-16. Disponível em: <https://abcpública.org.br/wp-content/uploads/2021/10/Guia_de_Comunicação_Pública.pdf>

LEI Nº 10.741, DE 1º DE OUTUBRO DE 2003 - Estatuto da pessoa idosa. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/10.741.htm;

LEI Nº 8.069, DE 13 DE JULHO DE 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm.